

Fortaleza (CE), disponibilizado em quarta-feira, 9 de março de 2022 – Ano 9 – Número 48

Publicado em 10/03/2022

COMPOSIÇÃO DO TCE

Conselheiros

José Valdomiro Távora de Castro Júnior (**Presidente**)
Edilberto Carlos Pontes Lima (**Vice-Presidente**)
Patrícia Lúcia Mendes Saboya (**Corregedor**)
Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior (**Ouvidor**)
Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa
Soraia Thomaz Dias Victor
Rholden Botelho de Queiroz

Conselheiros Substitutos

Itacir Todero
Paulo César de Souza
David Santos Matos
Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior
Manassés Pedrosa Cavalcante

Ministério Público Junto ao TCE-CE

Júlio César Rôla Saraiva (**Procurador-Geral**)
Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre (**Procurador**)
Eduardo de Sousa Lemos (**Procurador**)

José Aécio Vasconcelos Filho (**Procurador**)
Leilyanne Brandão Feitosa (**Procuradora**)
Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino (**Procuradora**)

Desde o dia 15 de fevereiro de 2015, todos os atos do TCE-CE são publicados exclusivamente neste Diário Eletrônico, ressalvado o disposto no art. 1º, § 2º da Resolução Administrativa nº 08/2014-TCE-CE.

PRESIDÊNCIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 138/2022

Dispõe sobre o Plano Diretor de Controle Externo (PDCEX) para o biênio 2022/2023.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

CONSIDERANDO a competência atribuída ao Presidente do TCE/CE para, sem prejuízo da competência originária do Plenário sobre a matéria, autorizar os planos de inspeção e de auditoria, nos termos do inciso V do art. 11 do Regimento Interno desta Corte;

CONSIDERANDO a importância de realizar ações de controle alinhadas com a visão estratégica formulada pela instituição, de forma que as decisões presentes permitam alcançar um cenário futuro desejável, sem olvidar da necessidade de avaliar riscos e organizar as atividades por meio de metodologia que mensure o resultado das ações e, após compará-lo com as metas almejadas, alimente os planos;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor de Controle Externo (PDCEX) terá sua vigência entre 1º de abril de um exercício a 31 de março do ano seguinte;

CONSIDERANDO o exposto no art. 7º, § 2º, da Resolução Administrativa nº 04/2021, publicada no DOE/TCE-CE de 22/03/2021, que a Secretaria de Controle Externo (SECEX) submeterá à Presidência minuta do PDCEX para aprovação e consequente publicação por meio de portaria,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Diretor da SECEX, disponível em <http://intranet.tce.ce.gov.br/plano-de-auditoria-ptca>, biênio 2022/2023, devendo ser observado pela Secretaria de Controle Externo (SECEX) e suas Unidades Técnicas na consecução dos seus objetivos e na realização das suas atividades.

Art. 2º Determinar à SECEX que, até o último dia de março de 2022, conforme previsto no art. 11 da Resolução Administrativa 04/2021, envie à Presidência o Plano Anual de Trabalho (PAT) contendo o detalhamento das atividades de controle externo a serem desenvolvidas, incluindo o objeto de controle, o cronograma de trabalho e as equipes responsáveis pela execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2022, revogando-se as disposições em contrário, e vigerá até 31 de março de 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de março de 2022.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

*** **

PORTARIA Nº 139/2022

Institui grupo de trabalho para avaliar as implicações da nova Lei de Improbidade Administrativa na jurisdição de contas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, promoveu significativas alterações na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de grupo de trabalho, coordenado pela Secretaria de Governança (SEGOV) e pela Secretaria de Controle Externo (SECEX), com o propósito de avaliar as implicações da nova Lei de Improbidade Administrativa na jurisdição de contas,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído grupo de trabalho com o objetivo de, no prazo de 30 dias, a contar da publicação desta Portaria, avaliar as implicações da nova Lei de Improbidade Administrativa na jurisdição de contas.

Art. 2º Integram o grupo de trabalho a que se refere esta Portaria, sob coordenação do primeiro, os seguintes servidores:

NOME	LOTAÇÃO
José Auriço Oliveira	SEGOV - Secretário
Roberta Targino Studart	SEGOV - Servidora
Carlos Alberto de Miranda Nascimento	SECEX - Secretário
Adolfo Dantas Oliveira	SECEX - Secretário Adjunto
Elano Lima de Oliveira	SECEX - Assessor do Secretário Executivo de Fiscalização
Juliana Cardoso Lima Banhos Pinheiro	Presidência – Chefe de Gabinete
Lilian de Castro e Silva Menezes do Vale	Procuradoria Jurídica - Procuradora-Geral
Silvério Lima Mota	Procuradoria Jurídica – Consultor Jurídico